

Assessores da Renamo apoiam governadores das Províncias

O documento subscrito sexta-feira pelo presidente moçambicano, Joaquim Chissano e o líder da Renamo, Afonso Dhlakama, em cerimónia no Clube Militar em Maputo, refere que o Governo criará no quadro do aparelho de Estado a nível provincial o lugar de assessor do governador.

De acordo com o documento, os assessores apoiarão os governadores provinciais em todos os aspectos relacionados com a integração das zonas sob o controlo da Renamo.

Os assessores, em número de três por província, serão nomeados pelo Governo local, sob proposta do movimento liderado por Afonso Dhlakama.

«Sempre que houver fundamento legal, os assessores poderão ser exonerados pelo Governo em concordância com a Renamo», explicita o texto de sete páginas.

O documento acrescenta ainda que os assessores «poderão, sempre que o acharem conveniente, propor iniciativas, medidas, ou submeter pareceres para a consideração do governador da província».

«Os assessores não são membros do Governo —

esclarece o documento — eles são funcionários do aparelho de Estado», beneficiando de todos os direitos e regalias em vigor no mesmo.

Relativamente à Polícia, as duas partes concordaram em solicitar às Nações Unidas o envio de um destacamento policial para fiscalizar todas as actividades policiais no País.

Esse contingente terá igualmente como função verificar que a actividade das empresas privadas de protecção e segurança se desenvolve no respeito do Acordo Geral de Paz assinado em Outubro de 1992 em Roma.

À luz do documento assinado em Maputo, o Governo moçambicano compromete-se a apresentar

uma lista de todo o material de guerra na posse da Polícia e sua localização no interior do País.

Maputo compromete-se igualmente a solicitar apoio à comunidade internacional para a reorganização, treino ou reciclagem, capacitação e apetrechamento da Polícia de Intervenção Rápida e clarificar a vocação deste corpo.